

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 604/2016/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 19 de agosto de 2016, vem dentro do prazo legal, e com fulcro na legislação vigente, especialmente Decreto Estadual nº 840, de 10 de fevereiro de 2017, prestar esclarecimento ao questionamento formulado por **Deméter Engenharia Ltda**, CNPJ: 10.695.543/0001-24, localizado na Rua Claudia, n. 239, Gioconco Orsi, Campo Grande/MS, relativo ao edital da Concorrência Pública nº 001/2018/SEMA, cujo objeto é a *Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS*, realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, conforme segue:

A empresa **Deméter Engenharia** encaminhou o seguinte questionamento, a Comissão de licitação:

Boa

tarde,

Por gentileza, gostaríamos de solicitar um esclarecimento relativo à Concorrência nº 001/2018 (*Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos PEGIRS. (Abrangência: Todo o Estado de Mato Grosso).*

Conforme constatado em leitura, o edital prevê as condições de entrega dos envelopes e documentos que o representante legal ou procurador deve apresentar em sessão presencial para estar credenciado no momento de abertura do certame. O mesmo edital não indica nenhum impedimento expresso para o caso em que a empresa opte por enviar seus envelopes através dos Correios. Posto isso, questiona-se a possibilidade de a empresa licitante enviar seus documentos através dos Correios, sem que se faça presente um representante legal ou procurador, ressaltando que a empresa terá zelo ao remeter seus documentos em tempo hábil visando a participação na Concorrência. Ressalta-se que a abertura desta possibilidade certamente possibilitará a obtenção de um maior número de propostas e demonstrará o zelo da contratante em relação à busca pela melhor contratação para o poder público.

Ficamos no aguardo de um retorno.

Favor confirmar recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,



Deméter Engenharia Ltda
CNPJ nº 10.695.543/0001-24
R. Claudia, 239 - Gioconco Orsi
Campo Grande/MS - CEP 79022-070
(67) 3351.9100
www.dmt.com.br / administrativo@dmtr.com.br

Antes de IMPRIMIR tenha em mente seu compromisso com o Meio Ambiente

ALERTA - Este e-mail pode conter informação privilegiada e confidencial. Se você não é destinatário da mensagem, por favor, apague a mensagem e comunique-nos o fato de imediato.

This e-mail is sent by a law firm and contains information that may be privileged and confidential. If you are not the intended recipient, please delete the e-mail and notify us immediately.

Em resposta informamos que:

Considerando o Inciso I, parágrafo 1º, do artigo 3º da Lei 8666/93, determina que Art. 3º *"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

O TCU manifestou-se sobre o tema:

3.19. evitar, nos editais de licitação, a exigência de apresentação das propostas através de representante legal, impedindo o seu encaminhamento por via postal, por se tratar de prática vedada pelo art 3º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (Decisão nº 653/96, Plenário, Rel. Min. Iram Saraiva. DOU de 04/11/1996 pag. 22.684)

"O edital não pode conter restrições ao caráter competitivo do certame, tais como a proibição do envio de documentos via postal; exigência de balanços patrimoniais do próprio exercício da licitação; exigência de comprovação da capacidade de comercialização no exterior e de certificado profissional, em caso de profissão não regulamentada." (Acórdão nº 1.522/2006, Plenário, rel. Min. Valmir Campelo).

Sendo assim, a Administração visando obter a proposta mais vantajosa para o certame não deve restringir o caráter competitivo, com isso, não será recusada a participação no certame da empresa que enviar seus documentos através dos Correios, sem que se faça presente um representante legal ou procurador, porém com a ressalva de que o **autor da proposta não terá chance para dar lance ou praticar qualquer ato em seu favor durante a sessão.**

Considerando que o exposto acima não interfere nos valores das propostas, não há necessidade de alteração da data do certame.

Cuiabá, 26 de junho de 2018.
Bruna Carla Guarim da Silva
Pregoeira Oficial
SEMA-MT